

Procurador Jurídico

PORTUGUÊS

01) Assinale a alternativa em que a palavra **se** desempenha a função de índice de indeterminação de sujeito:

- a) Alugam-se imóveis.
- b) Necessita-se de professores eventuais.
- c) Lia olhou-se no espelho.
- d) Se chover, tire as roupas do varal.
- e) Não sei se digo a verdade.

02) Assinale a alternativa em que a palavra **que** assume o valor morfológico de advérbio:

- a) Que perto fica a sua escola!
- b) Tem que haver um lugar para ele.
- c) Eu é que sei como dói a perda de alguém.
- d) Apresse-se que quero partir.
- e) Que dias mais tristes, que dias sem vida estes!

03) Assinale a alternativa incorreta quanto ao uso da crase:

- a) Adoro arroz à grega.
- b) Deu o presente à professora.
- c) Ele nunca foi à Itália.
- d) Estava sempre feliz à cantar.
- e) Fui à casa de Helena.

04) Assinale a alternativa em que a palavra apresenta onze letras e nove fonemas:

- a) Tecnocracia.
- b) Civilização.
- c) Burburinhar.
- d) Duplicidade.
- e) Carrocinhas.

05) Assinale a alternativa em que todas as palavras estejam corretamente grafadas:

- a) Cisão, impingie, xachim, lêndea.
- b) Cisão, impingem, xaxim, lêndea.
- c) Cizão, impingem, chaxim, lêndea.
- d) Cizão, impingem, chaxim, lêndia.
- e) Cisão, impingie, xaxim, lêndia.

06) Assinale a alternativa incorreta quanto à concordância verbal:

- a) A mãe, a filha e a neta acreditam em duendes.
- b) Vossas Senhorias se equivocaram.
- c) Os Estados Unidos desprezam os outros países.
- d) Era agosto e a rainha comemorava seu aniversário.
- e) São meio dia e meia.

07) Assinale a alternativa incorreta quanto à concordância nominal:

- a) Estou quites com o serviço militar.
- b) Eles estavam sempre alerta.
- c) Há menos mulheres aqui hoje.
- d) As crianças sempre falavam manso.
- e) As próprias mães foram à delegacia.

08) Indique a alternativa em que o termo grifado expresse circunstância de dúvida:

- a) **Amanhã** irei me matricular no curso.
- b) Estou **longe** de casa.
- c) Ele está cada vez **mais** inteligente.
- d) **Provavelmente** chegará para o almoço.
- e) **Realmente** ele é um bom professor.

09) "Este vinho é _____ do Uruguai."
"Espero que elas _____ comigo."
"O diretor _____ a solicitação de dispensa médica do funcionário."

"Ela fez uma _____ minuciosa do bandido ao delegado."

A alternativa que preenche corretamente as lacunas acima é:

- a) Procedente, viagem, deferiu, descrição.
- b) Procedente, viagem, diferiu, discríção.
- c) Precedente, viagem, deferiu, discríção.
- d) Precedente, viagem, diferiu, discríção.
- e) Procedente, viagem, deferiu, discríção.

10) Assinale a alternativa que apresenta o vício de linguagem conhecido por barbarismo:

- a) Sua saia sujou.
- b) Ele vai vim aqui.
- c) A cadela da sua irmã foi passear no parque?
- d) Pagou quinze por cada.
- e) Subiu lá em cima no décimo andar.

O poema a seguir se refere às questões de 11 a 15.

O açúcar

Ferreira Gullar

O branco açúcar que adoçará meu café
nesta manhã de Ipanema
não foi produzido por mim
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.

Vejo-o puro
e afável ao paladar
como beijo de moça, água
na pele, flor
que se dissolve na boca. Mas este açúcar
não foi feito por mim.

Este açúcar veio
da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira,
dono da mercearia.

Este açúcar veio
de uma usina de açúcar em Pernambuco
ou no Estado do Rio
e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana
e veio dos canaviais extensos
que não nascem por acaso
no regaço do vale.

Em lugares distantes, onde não há hospital
nem escola,
homens que não sabem ler e morrem de fome
aos 27 anos
plantaram e colheram a cana
que viraria açúcar.

Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura
produziram este açúcar
branco e puro
com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.

11) O poema propõe a reflexão, principalmente, sobre:

- a) O processo de fabricação do açúcar refinado em usinas antigas.
- b) As condições de opressão e exploração daqueles que produzem o açúcar.
- c) O prazer proporcionado pelo consumo do açúcar, em especial numa xícara de café.
- d) Os lugares longínquos de onde o açúcar vem.
- e) Nenhuma das anteriores.

12) A palavra “afável”, no 2º verso da 2ª estrofe, pode ser substituída, sem alteração de sentido, por:

- a) Forte.
- b) Amargo.
- c) Belo.
- d) Azedo.
- e) Delicado.

13) Em relação a figuras de linguagem, na última estrofe, observa-se o uso de:

- a) Personificação, uma vez que “açúcar” desempenha ações humanas.
- b) Hipérbole, expressada pela sentença “vida amarga e dura”.
- c) Antítese, expressada na contraposição entre “usinas escuras”/“açúcar branco” e “vida amarga”/açúcar que adoça.
- d) Metáfora, ao descrever o açúcar como branco e puro.
- e) Aliteração, através do uso das consoantes bilabiais b (de branco) e p (de puro).

14) Na 3ª estrofe, “tampouco” pode ser substituído, sem alteração de sentido, por:

- a) Também não.
- b) Muito.
- c) Sempre.
- d) Nunca.
- e) Obviamente.

15) “[...] e tampouco o fez o dono da usina.” O pronome em destaque se refere à/a/ao:

- a) Dono da mercearia.
- b) Pernambuco.
- c) Estado do Rio.
- d) Açúcar.
- e) Mercearia da esquina.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Administrativo

16) Sobre a desapropriação, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o promitente comprador não tem legitimidade ativa para propor ação cujo objetivo seja o recebimento de verba indenizatória decorrente de ação desapropriatória.
- b) Ao Poder Judiciário é permitido, no processo de desapropriação, decidir se verificam ou não os casos de utilidade pública.
- c) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o pedido de desistência na ação expropriatória afasta a limitação dos honorários estabelecida no art. 27, § 1º, do Decreto nº 3.365/41.
- d) O Poder Legislativo nunca poderá tomar a iniciativa da desapropriação.
- e) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ação de desapropriação direta ou indireta, pressupõe a automática intervenção do Ministério Público.

17) Sobre o tema Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- b) É inaplicável a prescrição quinquenal do Decreto n. 20.910/32 às empresas públicas e às sociedades de economia mista responsáveis pela prestação de serviços públicos próprios do Estado e que não exploram atividade econômica.

c) As agências reguladoras podem editar normas e regulamentos, dentro ou fora de seu âmbito de atuação, independentemente de estarem autorizadas por lei.

d) A criação de autarquias ou fundações por um ente federado é um típico caso de desconcentração administrativa.

e) Os Conselhos de Fiscalização Profissionais não possuem natureza jurídica de autarquia, sujeitando-se, portanto, ao regime jurídico de direito privado.

18) Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta acerca do processo administrativo disciplinar:

a) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar conduz à sua nulidade automática, independentemente de demonstração de prejuízo para a defesa.

b) É impossível a instauração de processo administrativo com base em denúncia anônima.

c) No Processo Administrativo Disciplinar, a alteração da capitulação legal imputada ao acusado enseja nulidade.

d) É possível haver discrepância entre a penalidade sugerida pela comissão disciplinar e a aplicada pela autoridade julgadora, desde que a conclusão lançada no relatório final não guarde sintonia com as provas dos autos e a sanção imposta esteja devidamente motivada.

e) É vedado à autoridade administrativa aplicar a pena de demissão quando em processo administrativo disciplinar é apurada a prática de ato de improbidade por servidor público.

19) Sobre a chamada Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013), assinale a alternativa correta:

a) Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica afasta a possibilidade de sua responsabilização judicial.

b) O firmamento de acordo de leniência poderá eximir a pessoa jurídica da obrigação de reparar o dano causado.

c) Importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada.

d) Em decorrência do princípio da transparência que rege a Administração Pública, a proposta de acordo de leniência sempre será pública, sendo vedado o sigilo em qualquer fase das tratativas.

e) As sanções decorrentes da Lei Anticorrupção serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

20) Sobre o tema atos administrativos, assinale a alternativa correta:

a) Todos os atos administrativos são dotados de autoexecutoriedade.

b) A imperatividade, também chamada de coercibilidade, é um atributo do ato administrativo decorrente do poder extroverso da Administração.

c) O conceito de ato administrativo decorre diretamente da lei.

d) Prevalece no direito brasileiro a teoria monista no que refere às nulidades do ato administrativo.

e) O desvio de finalidade do ato administrativo resta caracterizado quando o agente público o pratica, contudo, excedendo os limites de sua competência.

21) Sobre o tema controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) O controle externo ocorre quando a fiscalização da atividade administrativa ocorre no âmbito do próprio órgão que a exerce.

b) O ordenamento jurídico brasileiro adota o sistema de contencioso administrativo, inspirado no modelo francês de controle da Administração Pública.

- c) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.
- d) O recurso hierárquico impróprio não depende de expressa previsão legal.
- e) A coisa julgada administrativa produz coisa julgada material, com os mesmos efeitos da coisa julgada advinda do Poder Judiciário.

22) Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta acerca dos concursos públicos:

- a) Nos concursos públicos para ingresso na Magistratura ou no Ministério Público, a comprovação dos requisitos exigidos deve ser feita na data da posse do candidato.
- b) Apesar da prorrogação do prazo de validade de concurso público constituir ato discricionário da Administração, é lícito ao Poder Judiciário proceder reexame dos critérios de conveniência e oportunidade adotados.
- c) Não se mostra legítimo estabelecer no edital de concurso público critério de regionalização.
- d) Não ocorre preterição na ordem classificatória quando a convocação para próxima fase ou a nomeação de candidatos com posição inferior se dá por força de cumprimento de ordem judicial.
- e) A surdez unilateral autoriza o candidato a concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.

23) Sobre a improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Nas ações de improbidade administrativa, é admissível a utilização da prova emprestada, colhida na persecução penal, desde que assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- b) Mesmo quando há indícios de improbidade administrativa, as instâncias ordinárias não estão autorizadas a decretar a quebra do sigilo bancário.
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está integralmente sujeito às cominações da Lei nº 8.429/1992, sem qualquer vinculação ao valor da herança recebida.
- d) Os atos de improbidade praticados por agente público em cargo de confiança prescreve em cinco anos, contados da data de seu cometimento.
- e) A decisão que receber a petição inicial de ação de improbidade não pode ser impugnada via recurso.

24) Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) O Estado não responde pelo suicídio de preso ocorrido no interior de estabelecimento prisional.
- b) Segundo a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade do Estado nos casos de morte de custodiado em unidade prisional é de ordem subjetiva.
- c) A Administração Pública não responde civilmente pelos danos causados por seus agentes, quando estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.
- d) Em relação ao prazo prescricional para o ajuizamento de ações indenizatórias contra a Fazenda Pública, a posição que prevalece na doutrina e na jurisprudência brasileira é que este prazo seja trienal, conforme disposição do Código Civil.
- e) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os danos morais decorrentes da responsabilidade civil do Estado somente podem ser revistos em sede de recurso especial quando o valor arbitrado é exorbitante ou irrisório, afrontando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Direito Constitucional

25) Sobre os direitos políticos, assinale a alternativa correta:

- a) A fixação por lei estadual de condições de elegibilidade em relação aos candidatos a juiz de paz, além das constitucionalmente previstas, não invade a competência da União para legislar sobre direito eleitoral.
- b) O cidadão que exerce dois mandatos consecutivos como prefeito de determinado Município fica inelegível para o cargo da mesma natureza em qualquer outro Município da federação.
- c) Aplica-se a regra de perda do mandato por infidelidade partidária no sistema eleitoral majoritário.
- d) O horário eleitoral gratuito tem sede constitucional.
- e) Mesmo com o reconhecimento de justa causa, a transferência de partido político acarreta na perda do mandato eletivo, por conta da infidelidade partidária.

26) Sobre o processo legislativo, assinale a alternativa correta:

- a) O Supremo Tribunal Federal não admite a legitimidade do parlamentar para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo legislativo incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo.
- b) Para reforma constitucional, os requisitos previstos na Constituição da República não são considerados regras de observância obrigatória, sendo possível que as constituições estaduais tratem livremente sobre o tema.
- c) Incorre em vício de inconstitucionalidade formal a norma jurídica decorrente de emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, de que resulte aumento de despesa.
- d) Qualquer projeto de lei que crie despesa somente pode ser proposto pelo Chefe do Executivo.
- e) A sanção do projeto de lei convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa.

27) Sobre o regime jurídico da ordem e seguridade social previsto na Constituição, assinale a alternativa correta:

- a) Desde que comprovada a efetiva necessidade, poderá ser criado, majorado ou estendido benefício ou serviço da seguridade social, mesmo sem a correspondente fonte de custeio.
- b) A contribuição de seguridade social não possui destinação constitucional específica.
- c) É ilegítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário.
- d) A seguridade social prevista no art. 194 da Constituição compreende a previdência, a saúde e a assistência social, sendo que as duas últimas não estão vinculadas a qualquer tipo de contraprestação por parte dos seus usuários.
- e) O texto constitucional veda a lei de instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.

28) Sobre o regime constitucional da ordem econômica, assinale a alternativa correta:

- a) Para efeito de exploração ou aproveitamento, as jazidas e demais recursos minerais não constituem propriedade distinta da do solo.
- b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não é dado à Fazenda Pública obstaculizar a atividade empresarial com a imposição de penalidades no intuito de receber imposto atrasado, como, por exemplo, proceder a apreensão de mercadorias como forma de coerção ao pagamento de tributos.
- c) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não figura inconstitucional a norma local que condiciona a concessão de regime especial de tributação à apresentação de Certidão Negativa de Débitos, na

medida em que essa exigência não representa ofensa ao princípio da livre atividade econômica.

d) As instituições financeiras não são alcançadas pela incidência das normas veiculadas pelo Código de Defesa do Consumidor.

e) Não ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

29) Sobre a intervenção federativa, assinale a alternativa correta:

a) É cabível recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.

b) Admite-se a intervenção estadual em Município que não esteja situado no Estado interveniente.

c) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é constitucional norma que possibilita ao Tribunal de Contas Estadual requerer ao governador do Estado que proceda a intervenção em Município.

d) Em nenhuma hipótese a União poderá intervir em Município.

e) As disposições referentes à intervenção dos Estados no Municípios são preceitos de observância compulsória por parte dos Estados-membros, sendo inconstitucionais quaisquer ampliações ou restrições às hipóteses de intervenção.

30) Sobre o federalismo brasileiro, assinale a alternativa correta:

a) Apesar da Constituição da República prever os Municípios como membros integrantes da federação, a maioria da doutrina brasileira não os considera entes verdadeiramente federados.

b) Uma das diferenças do modelo federal brasileiro em relação ao estadunidense é que a Constituição da República do Brasil reconhece o direito de secessão do Estado membro, exigindo-se, para tanto, a promulgação de emenda constitucional expressa nesse sentido.

c) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, viola a autonomia dos Municípios lei estadual que fixa número de vereadores ou a forma como essa fixação deve ser feita.

d) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a participação ou compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios no resultado da exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural não configuram receitas originárias destes entes federativos.

e) Segundo a jurisprudência dominante, para incorporação, subdivisão ou desmembramento dos Estados membros, a aprovação da população diretamente interessada, mediante plebiscito, diz respeito, tão somente, à população da área a ser desmembrada.

31) Assinale a alternativa que não corresponde à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal:

a) Justiça do Trabalho não detém competência para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

b) O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

c) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

d) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

e) É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

32) Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

a) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sendo vedado à lei estipular qualquer tipo de restrição relativa à qualificação profissional.

b) A lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

c) A lei penal não retroagirá, em nenhuma hipótese.

d) A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

e) É vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

33) Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

a) A ação direta de inconstitucionalidade pode ser proposta por qualquer partido político, mesmo que sem representação no Congresso Nacional.

b) O Procurador-Geral da República somente será ouvido nas ações diretas que propuser.

c) Como regra, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece a possibilidade da inconstitucionalidade superveniente.

d) Uma vez declarada a inconstitucionalidade da norma, não é possível proceder qualquer tipo de modulação.

e) Inconstitucionalidade por vício formal subjetivo tem relação com a iniciativa para deflagrar o processo legislativo de determinadas leis.

Direito Processual Civil

34) Sobre o tema competência, assinale a alternativa correta:

a) A competência relativa e a absoluta poderão modificar-se pela conexão ou pela continência.

b) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.

c) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, mesmo quando alterarem a competência absoluta.

d) O despacho inicial torna prevento o juízo.

e) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.

35) Sobre as execuções fiscais, assinale a alternativa correta:

a) A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, exime o exequente dos encargos da sucumbência.

b) Não é cabível a fixação de honorários de sucumbência quando a exceção de pré-executividade for acolhida para extinguir total ou parcialmente a execução fiscal.

c) A pessoa jurídica detém legitimidade para interpor agravo de instrumento no interesse dos sócios contra decisão que determinou o redirecionamento de execução fiscal.

d) Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a competência já fixada.

e) Somente pode ser objeto de execução fiscal a dívida ativa tributária.

36) Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta acerca dos Juizados Especiais Cíveis:

a) Compete ao Juizado Especial a execução de seus próprios julgados, independente da quantia a ser executada, desde que tenha sido observado o valor de alçada na ocasião da propositura da ação.

b) Em se tratando de litisconsórcio ativo facultativo, para que se fixe a competência dos Juizados Especiais, deve ser considerado o valor da causa global, não sendo

possível o ajuizamento caso a soma individual do valor da causa de cada autor ultrapasse o valor de alçada.

c) O processamento da ação perante o Juizado Especial Estadual é obrigatório ao autor, não podendo ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum.

d) É cabível recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.

e) A necessidade de produção de prova pericial, por si só, influi na definição da competência dos Juizados Especiais.

e) Na chamada doação inoficiosa, reputa-se nula o todo da doação.

Direito Civil

37) Sobre os vícios redibitórios, assinale a alternativa correta:

a) O alienante não terá responsabilidade quando a coisa perecer em poder do alienatário, mesmo que por vício oculto e já existente ao tempo da tradição.

b) Os prazos para obter a redibição possuem natureza prescricional.

c) A coisa recebida em virtude de contrato comutativo somente pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, não comportando nenhuma outra providência.

d) Ainda que o alienante tivesse conhecimento do vício ou defeito da coisa, o mesmo somente restituirá o valor recebido, acrescida das despesas do contrato.

e) Constitui requisito do vício redibitório que a coisa tenha sido recebida em virtude de contrato comutativo, ou de doação onerosa ou remuneratória.

38) Sobre os defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

a) Na fraude contra credores não serão anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente, mesmo quando a insolvência for notória, ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante.

b) O dolo é considerado principal quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.

c) A inexperiência constitui requisito para caracterização tanto da lesão como do estado de perigo.

d) O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.

e) Tanto na coação como no estado de perigo são levados em conta os elementos subjetivo e objetivo.

39) Sobre a posse, assinale a alternativa correta:

a) A posse do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.

b) O ordenamento jurídico brasileiro somente admite a sucessão inter vivos da posse.

c) A posse ad interdicta pode ser defendida pelos chamados interditos, porém não dá azo à usucapião.

d) Segundo o Código Civil, considera-se de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.

e) Induzem à posse os atos de mera permissão ou tolerância.

40) Sobre os contratos em espécie, assinale a alternativa correta:

a) O contrato de mútuo tem por objeto bens fungíveis, enquanto o contrato de comodato bens fungíveis.

b) O contrato de compra venda tem como elementos característicos a coisa, o preço e consentimento.

c) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ocorrência do suicídio antes do prazo bienal previsto no art. 798 do Código Civil exime, por si só, a seguradora do dever de indenizar, sendo prescindível a comprovação da premeditação por parte do segurado, ônus que recai sobre a seguradora.

d) O contrato de empreitada estipula uma obrigação de meio ao empreiteiro, assim, o mesmo não se compromete pelo resultado final.